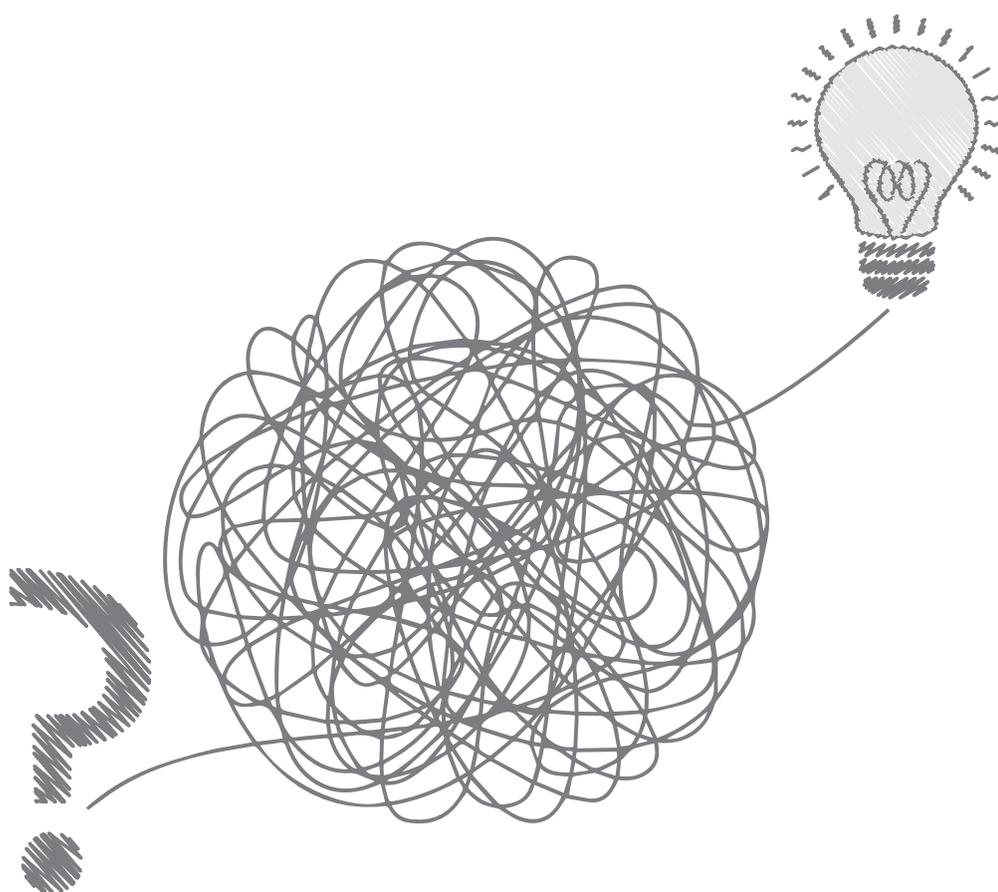


O JUDICIÁRIO SEM JURIDICQUÊS

Como sobreviver
a um processo judicial



Leandro Franciscus Zambrano

Todos os direitos reservados a Leandro Franciscus Zambrano.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei 9.610/98).

Revisão e autorização para publicação pelo próprio autor

Capa e Diagramação: José Soares

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Zambrano, Leandro Franciscus

O Judiciário sem juridiquês : como sobreviver a um processo judicial / Leandro Franciscus Zambrano. --

1. ed. -- São Leopoldo, RS : Ed. do Autor, 2021.

ISBN 978-65-00-19161-5

1. Direito - Estudo e ensino I. Título.

21-59547

CDU-34(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito 34(81)

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
PARTE GERAL	9
EXISTE JUSTIÇA?	10
VAI DEMORAR?.....	12
COMO ADMINISTRAR A DEMORA PROCESSUAL	13
QUAL O PROCEDIMENTO DO MEU PROCESSO?	15
DEVO BUSCAR O MEU DIREITO?	17
A DIFERENÇA ENTRE TER DIREITO E EXERCER ESSE DIREITO	19
DOUTOR, É CAUSA GANHA?.....	23
O QUE SÃO LIMINARES?	26
POSSO ACOMPANHAR MEU PROCESSO PELA INTERNET?	28
PARTE ESPECÍFICA	31
ÁREA PENAL.....	33
INQUÉRITO POLICIAL	34
PRISÃO EM FLAGRANTE	36
PROCESSO CRIME	41
PROCESSO DA LEI MARIA DA PENHA.....	45
PROCESSO DO TRIBUNAL DO JÚRI	48

ÁREA PREVIDENCIÁRIA.....	51
APOSENTADORIAS.....	51
BENEFÍCIOS	55
BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	57
ÁREA CIVIL	59
AÇÃO DE COBRANÇA, CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO	60
JUIZADOS ESPECIAIS DE PEQUENAS CAUSAS	64
TENHO DIREITO À INDENIZAÇÃO?	66
AÇÕES REVISIONAIS BANCÁRIAS.....	68
AÇÕES LOCATÍCIAS.....	72
ÁREA DE FAMÍLIA	74
E A SEPARAÇÃO?.....	74
GUARDA COMPARTILHADA - UMA EVOLUÇÃO NO DIREITO DE FAMÍLIA	76
PENSÃO ALIMENTÍCIA.....	78
DIREITO DE VISITA	83
INVENTÁRIO	87
CONCLUSÃO	91

“O assunto mais importante do mundo pode ser simplificado até ao ponto em que todos possam apreciá-lo e compreendê-lo. Isso é - ou deveria ser - a mais elevada forma de arte.”

Charles Chaplin

INTRODUÇÃO

A ideia de escrever esta obra surgiu de centenas de conversas com clientes em meu escritório de advocacia. Durante as consultas, talvez a maior dificuldade seja explicar como funciona o Judiciário e o andamento de um processo.

Você já pensou participar de um jogo sem conhecer as regras?

Pois o Direito é a regra do nosso jogo do dia-a-dia em sociedade.

E, ainda assim, mal o conhecemos.

Longe de ser um livro voltado para quem atua na área do Direito, é um guia para quem busca saber um pouco das Leis e o que acontece nos tribunais, tanto na parte criminal, como na civil.

A obra foi dividida em duas partes:

- A parte geral, que serve para todos os tipos de causas;
- E a parte específica, dividida em temas específicos do Direito.

Aconselho a leitura da parte geral e, depois, do tema específico da sua dúvida, embora toda a temática possa ser muito interessante. Deixo em cada tópico um pouco da minha visão e da minha experiência em mais de vinte e cinco anos de advocacia.

Boa leitura!

PARTE GERAL

EXISTE JUSTIÇA?

Quando eu lecionava, a primeira coisa que eu precisava fazer era desconstruir a ideia de justiça que existe na cabeça de todos nós, quando falamos em Poder Judiciário.

Poder Judiciário não é exatamente JUSTIÇA. Pelo menos não aquela que esperamos de uma forma talvez divina, efetivamente justa. Não levamos nossos processos para a justiça propriamente dita, mas sim ao Judiciário, que tem teoricamente sua “justiça”, fazendo cumprirem-se leis.

Se a justiça que buscamos é baseada nas leis, não podemos esquecer que as leis são feitas por políticos. Se são imperfeitas, imperfeita será a justiça que venha através delas.

Entendemos então que o Judiciário não é justiça, mas sim um dos três poderes administrativos do país, juntamente com o Legislativo e o Executivo. E cada um deles tem sua estrutura e seu presidente. Isso mesmo, temos três presidentes no Brasil, embora costumamos chamar de “Presidente” apenas o do Executivo, porque parece ser o que manda mais (e talvez porque podemos escolher através do voto). Mas os três presidentes possuem a mesma “força” e o mesmo “peso”.

O Judiciário é muito subdividido, assim como os outros dois poderes também o são. O poder mais fácil de notar a divisão é o executivo: em âmbito nacional, temos o presidente; no estadual, os governadores; e no municipal, temos os prefeitos.

No Legislativo, temos os vereadores nas Câmaras Municipais, os deputados estaduais nas Assembleias

Legislativas dos estados e o Congresso Nacional na união (Senado e Câmara dos Deputados).

O Judiciário tem órgãos federais (Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça do Trabalho, Justiça Federal, por exemplo) e estaduais (fórum, Tribunal de Justiça, entre outros). Uma imensa estrutura.

E, como todas estruturas públicas brasileiras, com muitos problemas estruturais. Muita coisa ainda em papel que precisa ser digitalizada, muita falta de pessoal, poucos juízes frente ao número de demandas.

EU PRECISO QUE VOCÊ ENTENDA ISSO ANTES DE CONTINUAR COM A LEITURA, pois, no papel, tudo é lindo, maravilhoso e deveria funcionar perfeitamente.